

## O Início da Restauração Católica no Brasil — 1920-1930 (II)

Desde meados do século XIX entrou em crise o modelo de Igreja tipo Cristandade que perdurara no Brasil durante todo o período colonial, e em seu lugar o episcopado brasileiro passou a implantar um novo tipo de Igreja segundo o espírito tridentino.<sup>1</sup>

A idéia de uma unidade político-religiosa, sob a liderança dos reis católicos foi progressivamente abandonada, e os bispos passaram a defender a autonomia da Igreja como poder espiritual.

Na medida em que passaram a defender a liberdade da Igreja na esfera religiosa, passaram conseqüentemente a admitir o poder do Estado na área política.

Esse esforço pela delimitação de poderes se fez mediante conflitos e polêmicas, como se pode ver através da Questão religiosa nos anos 1872-1875.

Finalmente, com a República, chegou-se em 1890 à separação entre Igreja e Estado.

Poucos eram os bispos que, como D. Macedo Costa, pensavam que era oportuno para a Igreja aceitar a situação de fato, e passar a uma colaboração efetiva com a República.<sup>2</sup>

Em geral, predominava entre os bispos o espírito conservador e monárquico. Por isso estavam afetivamente mais próximos do grupo de leigos católicos que havia esperado o Terceiro Reinado com a Princesa Isabel. Sobre esse movimento, escreve João Camilo de Oliveira Torres:

“A renascença isabelina, isto é, o movimento de reaproximação entre a Igreja e o Império estava tomando impulso quando veio a república, em grande parte motivada pelo medo à “beata”. Mas em torno da princesa, principalmente no grupo mais chegado ao visconde de Ouro Preto, intelectuais da nova geração, que descobriram a Igreja, reagindo contra o agnosticismo do século, surgia uma geração que preconizava uma aliança entre o “trono e o altar” nos quadros da monarquia liberal do legitimismo. De certo modo prolongaria o Império em seus valores supremos e típicos. Seriam homens que, tudo indicava, fariam o III Reinado: como este não houve, realizaram uma valiosa obra literária. Em conjunto, fizeram a apologia da Monarquia em termos clássicos e defenderam a religião, nos quadros gerais admitidos”.<sup>3</sup>

Não obstante, uma ou outra voz isolada, como a do Pe. Júlio Maria, clamava no sentido de que a Igreja devia desvincular-se da mentalidade monarquista e aderir à nova vida republicana.

“Infelizmente — escrevia ele — como em França e noutros lugares, certos políticos, entre nós, em face do fato republicano, não tem perdido ocasião de explorar o clero, ou antes, aquela parte do clero que se acostuma a medir os horizontes do mundo pelas dimensões de uma sacristia, onde não lhe chegam as vozes, que fora tumultuam, das grandes reivindicações populares, mas apenas as vozes dos devotos”.

E em seguida acrescentava:

“Não nos é lícito esquecer a devida e indispensável distinção feita pelo papa entre forma de governo e legislação, sendo o

---

1. Vide AZZI, Riolando, *O movimento de reforma católica no Brasil durante o século XIX*, in REB (34) 1974, 646-662.

2. Vide AZZI, Riolando, *D. Antonio de Macedo e a posição da Igreja do Brasil durante o advento da república em 1889*, in Síntese, 1976, jul-dez., 45-69.

3. TORRES, João Camilo de Oliveira, *História das idéias religiosas no Brasil*, São Paulo, 1968, 173.

dever dos padres e católicos combaterem os defeitos desta, mas aceitarem aquela, por mais democrática e republicana que seja".<sup>4</sup>

Essas considerações tiveram pouco efeito. Durante os trinta primeiros anos de vida republicana, os bispos mantiveram uma atitude de reticência e até mesmo de indiferença para com a vida política do país.

A hierarquia eclesiástica preocupou-se apenas em consolidar a reforma católica implantada no século XIX,<sup>5</sup> com os olhos voltados apenas para a estrutura interna da Igreja.

Por outro lado, também os políticos de fins do século XIX e inícios do século XX, imbuídos de idéias liberais e positivistas, não tinham muito interesse em ter a colaboração da Igreja, nem em manter aliança com ela.

Foi somente na década de 1920-1930 que a hierarquia católica passou a se preocupar efetivamente por uma presença mais atuante da Igreja na sociedade,<sup>6</sup> e ao mesmo tempo por oferecer sua colaboração efetiva ao governo.

Nesta década, também os líderes políticos mudavam sua atitude com relação à Igreja.

## COLABORAÇÃO ENTRE A IGREJA E O GOVERNO

Durante a década de 20, começaram a surgir no Brasil movimentos que apregoavam a necessidade de uma verdadeira revolução social.

Diante dessas novas idéias, a hierarquia católica julgou chegada a hora oportuna para oferecer ao governo republicano sua colaboração.

Os últimos governos da República Velha, por sua vez, sentindo sempre mais a pressão das novas forças emergentes no país, julgaram que era de cerrar fileiras com as forças conservadoras da ordem política e social, entre as quais estava a Igreja.

Thomás Bruneau analisa essa evolução política do governo, nestes termos:

---

4. MARIA, Julio, *O Catolicismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1950, 244-245.

5. Vide AZZI, Riolando, *Os bispos religiosos durante a época imperial no Brasil*, in *Convergência*, 1976, maio, 237-255.

6. Vide AZZI, Riolando, *O início da Restauração Católica no Brasil — 1920-1930 (I)*, in *Síntese*, 1977, abril-junho.

“As melhores descrições da política da Primeira ou Velha República são aquelas que sublinham o seu caráter descentralizado e flexível. A característica desse sistema parece ter sido a sua capacidade, de curta duração, de jogar com vários grupos, e no processo, manter o “status quo”. Entretanto, nos primeiros anos da década de 1920, com baixos níveis de industrialização, urbanização, diferenciação social e centralização política, o sistema se tornou menos capaz de enfrentar a situação, e distúrbios civis, movimentos revolucionários e tentativas de revolta começaram a se manifestar. É significativo que nesses tempos de intranquilidade civil as autoridades se voltassem para a Igreja como um meio de aumentar a sua legitimidade aos olhos do povo. Parece-me exato afirmar que a alienação da Constituição da realidade nacional se tornou cada vez mais óbvia com a intranquilidade social e a instabilidade política: a elite procurou então, o apoio da Igreja”.<sup>7</sup>

Desse modo, ambas as partes estavam interessadas num reatamento de relações e aliança efetiva. O governo esperava o apoio da Igreja como legitimação do poder, e a Igreja esperava a colaboração do governo como instrumento para retomar seu prestígio e sua ação na sociedade brasileira.

## I. A IGREJA E OS GOVERNOS ESTADUAIS

Queremos aqui indicar apenas alguns sinais expressivos da retomada de prestígio da Igreja junto a governos estaduais: destacaremos os governos de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

### 1.1. *A Igreja e o Governo de Minas Gerais*

O primeiro presidente do Estado de Minas Gerais a tomar efetivamente consciência da força potencial da Igreja Católica, e da necessidade de ter o apoio da hierarquia católica foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, eleito para o quadriênio 1926-1930.

“A 7 de setembro de 1926, escreve Furtado de Menezes, devia assumir a presidência do Estado o dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade.

Querendo iniciar a sua administração com uma orientação bem diversa da de seus antecessores, procurou a vinda de todos os prelados mineiros a esta capital e fez seguirem-se à sua posse

---

7. BRUNEAU, Thomás, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, São Paulo, 1974, 77.

preces solenes que chamassem para o seu governo as bênçãos de Deus".<sup>8</sup>

No banquete por ocasião da tomada de posse, o presidente fez um discurso muito significativo, traçando a nova orientação política do governo com relação à Igreja. Eis alguns tópicos mais expressivos:

"O governo temporal em Minas, no passado e no presente, está preso, pelo maior reconhecimento, à ação benemérita daqueles a quem a sabedoria do Santíssimo Padre tem confiado a direção espiritual dos mineiros.

Do sucesso político que, no império e na república, tem corrido sobretudo no terreno moral, o esforço dos que nasceram e vivem em meio das nossas queridas montanhas, sempre foi e vai sendo fator preponderante a atuação do nosso episcopado, por si e na diretriz com que orienta o clero católico".

E acrescenta em seguida:

"Pregando o acatamento às leis, o respeito às autoridades constituídas e a observância dos deveres que incumbem aos cidadãos no lar e na sociedade, os príncipes da Igreja, em nossa terra, tem concorrido decisivamente para a formação do caráter patriótico que, transmitido de geração em geração, permite ao povo mineiro orgulhar-se do patriotismo moral e cívico que pode até agora constituir".

E conclui:

"Errará gravemente o governo que não se utilizar da grande força que é a religião para levar avante todas as construções que idealize e se proponha a realizar.

Nessa ordem de idéias, eu me felicito pelo carinho com que me envolvem e prestigiam os conspícuos representantes da Igreja aqui presentes; carinho do qual se infere o firme propósito, que sempre foi o seu, de colaborar com o poder civil, cada qual na esfera de suas atribuições, na grande obra da civilização que temos edificado e que nos cumpre seguidamente aperfeiçoar, para maior glória da pátria brasileira".<sup>9</sup>

A 15 de setembro de 1926, um periódico de Belo Horizonte comentava o acontecimento com um artigo, sob o título *Bela harmonia*, onde se lê:

"A convite de uma comissão de patrícios, autorizada pelo preclaro mineiro, os príncipes da Igreja interrompem as suas vi-

---

8. MENEZES, Furtado, *Clero mineiro*, Rio de Janeiro, 1936, 21.

9. MENEZES, Furtado, o. c., 21-22.

sitas pastorais, deixam as preocupações múltiplas de seu santo ministério e vêm à capital prostrarem-se no santuário pedindo ao Deus três vezes santo, ao Rei dos que reinam, ao dominador das nações, as suas bênçãos para o novo governo; vem hipotecar ao sr. Dr. Antônio Carlos as preces dos seus súditos para que Deus lhe conceda as luzes necessárias para bem dirigir os destinos de meia dúzia de milhões de católicos que povoam o grande estado Central do Brasil.

E o novo presidente, católico sem respeito humano, por sua vez, presta aos príncipes da Igreja, as mais inequívocas provas de deferência e de acatamento".<sup>10</sup>

Como se vê, o fato da aliança renovada entre Estado e Igreja recebia todo o encômio da imprensa católica.

Na realidade, na medida em que apoiava o governo, a Igreja esperava também que o presidente satisfizesse aquelas solicitações consideradas necessárias para a plena realização de sua missão espiritual. Uma delas era a autorização do ensino religioso nas escolas.

Deste modo, já a 5 de maio de 1927 o presidente Antônio Carlos, atendendo a pedidos de pais e tutores, oficiava ao reitor do internato do Ginásio Mineiro de Barbacena no sentido de ser facilitado, sem prejuízo das horas destinadas ao ensino ginasial, o ensino e a prática da religião católica, aos alunos cujos pais ou tutores o autorizassem por escrito.<sup>11</sup>

## 1.2. *A Igreja e o Governo de São Paulo*

Em São Paulo as relações entre Igreja e Estado foram menos expressivas na década de 20. Pelo menos até o presente não foram publicados documentos a respeito.

Aliás, o arcebispo de São Paulo D. Duarte Leopoldo e Silva, como se acenou na primeira parte deste estudo, não era dos que mais se destacavam no movimento de reaproximação entre Igreja e Estado, defendendo até, de certa forma, a retirada do clero para "o remanso das sacristias".

De qualquer modo, a atuação de D. Leme no Rio em 1922 deve ter convencido a D. Duarte de que era hora de mudar de tática.

---

10. MENEZES, Furtado, o. c., 18-19.

11. MENEZES, Furtado, o. c., 127.

Por outro lado, até essa época a atitude do partido do Governo, o P.R.P., fora reticente com relação à Igreja.

“O velho Partido Republicano Paulista, escreve o cônego Castanho, ainda tratava de longe a Igreja. Uma ocasião, convidado a um banquete oficial, Dom Duarte foi relegado a um plano inferior. Quando o convidaram para outra festa, respondeu que iria, se lhe coubesse o devido lugar junto ao Presidente”.

Com a eleição de Washington Luís para o governo do Estado em 1922, D. Duarte julgou chegado o momento para oficializar a reaproximação entre Igreja e Estado.

“Empossado Washington Luís, pediu audiência e compareceu com o Cabido em peso, em trajes de gala. O presidente rumou logo para o palácio São Luís com todo o secretariado”.<sup>12</sup>

Como paulista, D. Duarte continuou a dar apoio a Washington Luís durante o governo da República.

Em 1930 eclodia a crise do governo. No dia 6 de outubro, para evitar o agravamento da situação, Washington Luís decretava feriado nacional até 21 de outubro.

Nessa circunstância, não lhe faltou o apoio do arcebispo D. Duarte.

“De São Paulo, escreve Hélio Silva, o governo recebia manifestação de apoio do arcebispo metropolitano D. Duarte Leopoldo”.<sup>13</sup>

### 1.3. . A Igreja e o Governo de Mato Grosso

No Estado do Mato Grosso, apresenta-se uma situação especial. Aí, não houve simplesmente uma reaproximação entre a hierarquia eclesiástica e o poder político, mas relembrando os antigos tempos da Cristandade colonial, o próprio bispo assumiu por solicitação do Governo da República o poder político. Quem governava a diocese nessa oportunidade era D. Francisco de Aquino Correia.

Em carta pastoral, referindo-se ao ano de 1917, ele próprio descreve as circunstâncias que o levaram ao governo do Estado, e a sua atuação como presidente.

---

12. ALMEIDA, con. Luís Castanho, *São Paulo, Filho da Igreja*, Petrópolis, 1957, 142.

13. SILVA, Hélio, *1930: A Revolução Traída*, Rio de Janeiro, 1966, 357.

“Em fins deste último ano, julgou acertado a Santa Sé, atendendo à solicitação do Governo da República, aceitássemos, a bem da pacificação do nosso Estado Natal, a candidatura de conciliação à Presidência do Mato Grosso, que se nos oferecia, mediante acordo firmado pelos dois partidos fortes e irreconciliáveis que lá então, havia largo tempo, se degladiavam até os deploráveis excessos da luta armada”.

E o bispo acrescenta em seguida:

“Eleito para o quadriênio de 1918 a 1922, estivemos no governo do Estado todo esse período, durante o qual se deram as seguintes vicissitudes na situação política: nos dois primeiros anos, perfeita harmonia de ambos os partidos com o Governo; no terceiro, rompimento dum dos partidos, ficando o Presidente apoiado só pelo outro; finalmente quando se tratou da sucessão, uma surpreendente e quase miraculosa união das duas facções até então, sempre mais irreconciliáveis; formando-se um partido único, a que se deu o nome de “fusão matogrossense”...

Ao contrário do que se podia e devia esperar, a referida solução conciliadora, da qual sempre fora fautor o bispo Presidente, criou em torno à sua pessoa um ambiente de mal contida animosidade, que para logo explodiu, não só na imprensa partidária, mas em atos oficiais, procurando desvirtuar-lhe as intenções e obra”.<sup>14</sup>

Conforme o testemunho portanto, do próprio D. Aquino, essa fórmula de presença efetiva da Igreja no poder político não fora das mais felizes em seus resultados práticos.

De qualquer forma, coloca em evidência que, sobretudo no interior do país, o conceito do poder efetivo da Igreja ainda se mantinha elevado.

Virgílio Correia Filho assim descreve a atuação de D. Aquino como governador do Estado:

“Mercê do acordo ultimado, coube a Presidência ao Bispo de Prussiad de D. Aquino Correia, sobranceiro ao partidarismo, que teria como substitutos legais personagens estranhos à luta...

A posse do Presidente de conciliação arraiou de esperanças o cenário político-administrativo do Estado...

---

14. CORREIA, Dom Francisco de Aquino, *Testamento do Vosso Arcebispo. Carta Pastoral*, Rio de Janeiro, 1949, 6-7.

Empreendeu a construção de edifícios públicos e de pontes... Fecundo influxo exerceu igualmente nos domínios intelectuais mediante a publicação de obras atinentes aos problemas do Mato Grosso”.

O autor da História do Mato Grosso descreve em seguida as festas comemorativas do bicentenário da fundação de Cuiabá a 8 de abril de 1919:

“Já em plena e auspiciosa ascensão o seu governo, quando data memorável lhe proporcionou ensejo de comemorá-la festivamente. Assinalava-se a passagem do Bicentenário da Fundação de Cuiabá, que despertou inequívoco entusiasmo popular, acorde com as iniciativas oficiais.

As cerimônias do dia 8 de abril, porém, em cujo se incluiu a inauguração do Instituto Histórico do Mato Grosso, interromperam-se para continuarem a 30 de novembro, quando no porto desembarcou o Núncio Apostólico, D. Angelo Scapardini, convidado de honra, que não pudera estar presente, como pretendia, em data anterior... Até o dia 9 continuaram as festividades, de que participou o povo cuiabano, que promoveu manifestação ao Núncio Apostólico, visitante insigne, e exaltou os folguedos folclóricos de rua então realizados”.<sup>15</sup>

Não deixa de ser significativo que para prestigiar as comemorações do bicentenário da capital do Estado o bispo presidente convidasse o Núncio Apostólico, autoridade eclesiástica, representante do Vaticano. Era a Igreja que reafirmava seu poder político e social.

#### 1.4. *A Igreja e o Governo do Rio Grande do Sul*

São escassas as informações que temos a respeito das relações entre o presidente do Estado Getúlio Vargas e o arcebispo D. João Becker. De qualquer forma, parece que entre os dois houve um relacionamento cordial.

Na biografia que escreveu sobre o pai, Alzira Vargas lembra apenas um episódio familiar pitoresco relacionado com a presença das duas autoridades por ocasião da consagração da capela das minas de São Jerônimo.<sup>16</sup>

---

15. FILHO, Virgílio Correa, *História do Mato Grosso*, Rio de Janeiro, 1969, 611-612.

16. “No dia da visita às minas de São Jerônimo, eu me atrasei e o encontrei (Getúlio Vargas) esperando à porta de saída do palácio, já de chapéu. Olhou-me severo e disse apenas: “Sempre se espera pela pior ovelha. Vamos embora”. Obedeci em silêncio e não nos falamos

Mais expressivo é o fato divulgado por Hélio Silva.

"Roberto Alves, escreve ele, que secretariou Getúlio Vargas em seu exílio de Santos Reis, conta que Getúlio teria revelado um episódio importante para o estudo da revolução de 1930. Soube, naquele tempo, que o presidente Washington Luís recebera denúncia de que o movimento tinha tendências comunistas. Possivelmente a versão se originara de seus contactos com Luis Carlos Prestes. A informação fora porém acolhida, e a ponto do então cardeal secretário do Vaticano, Eugênio Pacelli, mais tarde coroado como Pio XII, ter indagado do arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, se a acusação era verdadeira. Vargas mostrou a Roberto Alves cópia da resposta do arcebispo de Porto Alegre — "A revolução que simultaneamente irrompeu no Rio Grande do Sul e vários outros Estados do Brasil, não é de origem comunista".

"Esta resposta categórica, acrescenta Hélio Silva, deve ter sido transmitida pelo Vaticano ao cardeal D.\*Sebastião Leme e possivelmente influído na sua conduta em 24 de outubro."<sup>17</sup>

O arcebispo D. Becker, portanto, não se mostrava hostil ao movimento de Vargas. Pelo contrário, tendo Vargas assumido o governo da nação, o arcebispo solidarizou-se com ele, e continuou dando-lhe pleno apoio, inclusive por ocasião da proclamação do Estado Novo.

Nessa oportunidade, o arcebispo de Porto Alegre escrevia:

"Desde 10 de novembro de 1937 o Brasil vive sob um novo regime político. Qual foi a necessidade de nova Constituição e qual a sua compleição política? Ninguém melhor do que o Sr. Dr. Getúlio Vargas, benemérito Presidente da República, nos pode dar uma resposta segura e indiscutível".<sup>18</sup>

---

durante toda a excursão. Quem devia consagrar a capela era o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker. Por uma circunstância qualquer, S. Excia. chegou com mais de meia hora de atraso. Na capela todos aguardavam impassíveis. Após a cerimônia, D. João Becker dirigiu aos presentes uma breve alocução. As breves "alocuições" já eram conhecidas em todo o Rio Grande: duravam de uma a duas horas. O resto do programa ficou prejudicado. Durante a viagem de volta eu ruminava minha desforra. Assim que chegamos, perguntei a papai "Por quem é mesmo que sempre se espera?" Nada melhor do que uma piada oportuna para deixá-lo de bom humor. Riu à vontade e disse: "As vezes pelo Sr. Arcebispo" (Peixoto, Alzira Vargas, *Getúlio Vargas, meu pai*, Porto Alegre, 1966, 46).

17. SILVA, Hélio, 1930: *A Revolução Traída*, Rio de Janeiro, 1966, 391.

18. BECKER, D. João, *A religião e a pátria em face das ideologias modernas. Carta Pastoral*, Porto Alegre, 1939, 17.

## II. A IGREJA E O GOVERNO FEDERAL

Não apenas a nível de estado, mas também a nível de nação se reata e se consolida a colaboração entre Igreja e Estado durante a década 1920-1930.

Os passos progressivos para a afirmação dessa colaboração podem ser observados nos governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís.

Foi no governo de Artur Bernardes que se proclamou oficialmente a necessidade de colaboração política entre Igreja e Estado.

### 2.1. *No Governo do Presidente Epitácio Pessoa (1918-1922)*

É no governo de Epitácio Pessoa, eleito ao fim da guerra de 1918, que se inicia o processo de reaproximação política entre Igreja e Estado, a nível de governo federal.

“Quando o sr. Dr. Epitácio Pessoa regressa da Europa — escreve Soares d’Azevedo — em missão difficilima do seu governo, e assume a Presidência da República, recebe o episcopado do norte este officio que nada mais é do que o reconhecimento, pelo governo brasileiro, dos serviços que à nossa terra tem prestado a Igreja”.<sup>19</sup>

O officio datado de 16 de outubro de 1920 e dirigido ao arcebispo da Bahia, D. Jerônimo, é do seguinte teor:

“Muito agradeço a comunicação de que o Episcopado do Norte do Brasil, reunido em sessão periódica na cidade do Recife, fez votos ardentes pela felicidade do meu governo, e resolveu enviar-me felicitações pelo êxito de minha missão na Europa.

Reafirmando a minha opinião, expendida perante o exmo. sr. cardeal secretário de Estado de S. Santidade, em Roma, de que a Igreja Católica tem sido um grande fator do desenvolvimento moral e de progresso do Brasil, asseguro a V. Excia. que ela terá, sob o meu governo, inteiramente garantida a sua liberdade de ação.”<sup>20</sup>

Assim pois, desde o início de seu governo, Epitácio Pessoa fazia uma declaração favorável à ação da Igreja.

---

19. SOARES D’AZEVEDO, *Brado de Alarme*, Rio de Janeiro, 1922, 271.

20. SOARES D’AZEVEDO, o. c., 271.

Mas foi principalmente no ano de 1922 que os acontecimentos favoreceram a reaproximação entre Igreja e Estado.

“A agitação político-militarista — escreve Irmã Maria Regina — mantivera o país desde 1921 em estado de viva inquietação. Uma imprensa exaltava e pregava diariamente a Revolução, e com insistência não menor, o assassinio do Presidente da República. Conspirava-se. A 29 de abril de 1922, o Presidente desce de seu veraneio em Petrópolis, não obstante o perigo iminente de ser assassinado em viagem.

Enorme multidão, encabeçada por um grupo de jovens patriotas, entre os quais se destacam católicos fervorosos, espera-o na estação da Praia Formosa e segue-o até o Catete, em manifestação de aplauso e desagravo. Os dirigentes desse movimento cívico haviam pedido ao arcebispo-coadjutor que prestigiasse o poder constituído, acompanhando o chefe do governo, no carro aberto, da estação da Leopoldina Railway ao palácio presidencial. Queriam assim mostrar aos adversários que a autoridade eclesiástica do Rio apoiava a autoridade civil tão odientamente combatida.

D. Sebastião aceita, embora lhe pareça tão grave o risco que, antes de deixar o Palácio São Joaquim para a Praia Formosa, redige o seu testamento. Apraz-lhe a missão por um duplo motivo: prestará serviço à Causa da Ordem personificada num homem de bem, e ao mesmo tempo, a sua presença junto ao presidente valerá por um público testemunho da tão desejável aproximação entre a Igreja e o Governo da República laicista de 1889”.<sup>21</sup>

Na vida de Epitácio Pessoa, a mesma autora, filha de Epitácio, faz notar que seu pai pessoalmente não se mostrava muito inclinado a demonstrar ostensivamente que o Governo buscava o apoio do poder eclesiástico. Mas acedeu ao pedido de seus admiradores.

“A seu lado, no carro a Daumont, senta-se então o arcebispo coadjutor D. Sebastião Leme, a quem a comissão organizadora da recepção pedira, à última hora, que acompanhasse o presidente da república ao palácio. Epitácio prezava sumamente o arcebispo, mas teria preferido fazer o trajeto só com os seus ajudantes de ordens. Desagradava-lhe a idéia de que o pudessem acusar de se haver abrigado à sombra venerável do prelado”.<sup>22</sup>

---

21. SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina, *O Cardeal Leme*, Rio de Janeiro, 1962, 134.

22. GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja, *Epitácio Pessoa*, Rio de Janeiro, 1951, II, 508-509.

Pouco depois, a 5 de julho de 1922, dois meses antes das festas do Centenário da Independência, irrompe a revolução no forte de Copacabana. O presidente domina-a com pulso de ferro.

As famílias dos presos apelam para a intercessão de D. Leme junto ao governo. D. Sebastião vai ao palácio, e pede ao presidente uma anistia por ocasião das festas do Centenário.

Epitácio Pessoa responde-lhe simplesmente: "Senhor Arcebispo, Vossa Excelência cumpriu o seu dever de pastor, pedindo a anistia dos revoltosos. Eu cumpro o meu dever de Chefe de Estado, recusando-a".<sup>23</sup>

Não obstante, nova manifestação de reaproximação entre Igreja e Estado se deu por ocasião das festas do Centenário. Nesta ocasião, o presidente apareceu em público ao lado da suprema autoridade religiosa da nação, o cardeal Arcoverde.

Pedro Calmon assim comenta o episódio:

"Foi o cardeal-arcebispo que ao lado do Presidente Epitácio Pessoa em 1922 patenteou as pacíficas relações que ligavam a Cúria ao Governo, com a circunstância anedótica de ter sido este discípulo daquele em Pernambuco. Discípulo indócil de professor enérgico: tanto que, a uma de suas tropelias, replicou o padre Arcoverde com a palmatoada; de onde se dizer, vendo-os na mesma carruagem, que ali iam o clérigo que aplicara o castigo ao estadista... Era em dias especialmente belos: porque o centenário da Independência se celebrou em união de forças morais do lado civil, com a Exposição Internacional que a 7 de setembro acendeu a auréola dos fogos alegóricos, do lado religioso, o Congresso Eucarístico, de que foi alma o arcebispo coadjutor, com direito à sucessão, o insigne D. Sebastião Leme da Silveira Cintra".<sup>24</sup>

## 2.2. *No Governo do Presidente Artur Bernardes (1922-1926)*

Se os sintomas de reaproximação política já se faziam notar no governo de Epitácio Pessoa, foi no governo de Artur Bernardes que a colaboração entre Igreja e Estado se transformou em tese pública e oficial.

Já desde a época em que era presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes manifestara simpatia para com a Igreja Católica.

---

23. SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina, o. c., 134-135.

24. CALMON, Pedro, *Brasília, Catedral do Brasil. História da Igreja do Brasil*, Brasília, 1970, 177.

“Na memorável entrevista — escreve Soares de Azevedo, — que em 20 de junho de 1921 me concedeu o brilhante estadista Dr. Artur da Silva Bernardes, Presidente do Estado de Minas, há estas palavras, que resumem todo o valor de um povo educado pela Igreja: “Fui educado na religião católica, que é a da maioria dos brasileiros, e como homem de governo, não desconheço a influência benéfica da Igreja em todos os tempos. Muito lhe deve o Brasil, a começar da descoberta, primeiras colonizações, catequeses, até aos nossos dias, em que a formação moral do nosso povo e a educação da infância tem o desvelo do clero. Assim também a assistência à pobreza, à orfandade e aos enfermos indigentes, é um dos mais beneméritos traços de ação social da Igreja”. Referindo-se à catequese dos índios, não põe dúvida alguma em afirmar que “o seu governo subvenciona algumas missões e está satisfeito com o êxito delas”. Acompanhando o movimento católico no Brasil, “noto o aumento progressivo do espírito religioso do nosso povo, cujos guias, no episcopado, no clero secular e nas congregações, dão exemplo de virtudes e são vultos brilhantes na cultura intelectual”.<sup>25</sup>

Foi em 1924 que se concretizaram os planos para a reaproximação oficial entre Igreja e Estado.

Foi escolhida a data de 4 de maio, designada para a comemoração do jubileu de ouro de D. Arcoverde, o primeiro cardeal brasileiro.

Essa solenidade foi preparada com muito tato político por D. Leme, e constituiu o episódio do reinício oficial da colaboração entre Igreja e Estado.

Escreve a Irmã Regina do Santo Rosário:

“A 4 de maio, dia em que acolhe no Palácio São Joaquim as homenagens da Arquidiocese, o Cardeal Arcoverde recebe a visita oficial do Presidente da República. É a primeira vez, depois da separação da Igreja e do Estado, que a autoridade eclesial é assim honrada pelo Chefe da Nação. O Presidente Artur Bernardes comparece, acompanhado por todo o ministério e altas personalidades republicanas. Trocam-se discursos. Tiram-se fotografias em que, ao lado do venerando Pastor e outros prelados, se vêem o Presidente e Vice-Presidente da República, ministros e senadores, entre os quais um ex-Presidente da República.

O Presidente é saudado por D. Joaquim Silvério de Souza, arcebispo de Diamantina e seu conterrâneo.

---

25. SOARES D'AZEVEDO, *Brado de Alarme*, Rio de Janeiro, 1922, 275.

Saudando por sua vez o Cardeal, frisa Artur Bernardes "a importância da colaboração constante das nossas autoridades eclesiásticas com o Governo do país, auxiliando a manutenção da Ordem e promovendo o progresso nacional... Todos os motivos de Ordem moral, acrescenta, todas as razões de patriotismo estão aconselhando a necessidade de continuarmos irmanando a ação do Governo e da Igreja, no terreno moral, em bem dos mais altos interesses da coletividade".

Com essas palavras do presidente, implantava-se de fato uma nova ordem no Brasil. Os poderes civil e eclesiástico, que desde o início da República caminhavam por vias paralelas, decidem iniciar uma etapa de mútua colaboração efetiva.

A 5 de maio realizava-se no Itamarati o banquete oficial oferecido pelo governo federal ao cardeal Arcoverde e ao episcopado brasileiro.

"Não faltam então críticas por parte de livres-pensadores e republicanos intransigentes. "Como se justifica essa homenagem, se o governo da república não reconhece oficialmente a autoridade da Igreja?"

De fato, tratava-se de um fato inédito na história da república.

"O banquete do Itamarati, conclui Irmã do Santo Rosário, foi a mais brilhante das solenidades jubilares. A púrpura e os chamalotes roxos acotovelam-se com as fardas diplomáticas e militares, as cruzes episcopais alternam com as estrelas das comendas honoríficas estrangeiras. Em que pese aos descontentes, é um feliz encontro do poder de Cristo e do poder de César".

E acrescenta em seguida:

"A conduta do governo federal por ocasião do jubileu de D. Arcoverde, era um passo resoluto no caminho da colaboração. De ora em diante, poderia a Igreja afirmar-se e falar perante os poderes públicos. Do lado da Igreja, isso fora obra da palavra e da perseverante atuação de D. Leme. Do lado civil, era fruto de uma evidência, imposta aos homens públicos pela gravíssima situação do país".<sup>26</sup>

Evidentemente nem tudo decorreu a partir de então de modo totalmente pacífico, empenhando-se tanto o Governo como a Igreja em defender os seus específicos interesses.

---

26. SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina, o. c., 167-169.

A 5 de julho de 1924 irrompe a revolução em São Paulo. No Rio há prisões numerosas.

As portas do arcebispado, vão bater muitas famílias acabrunhadas. D. Sebastião, paulista de nascimento, procurara aliviar as dores dessas pessoas. Por interposta pessoa, o presidente lhe faz sentir que está protegendo demais os presos. O arcebispo contenta-se em responder que proteger é seu dever de pai.<sup>27</sup>

No ano seguinte, há o projeto de reforma da Constituição. D. Leme faz com que se apresentem à Assembléia Constituinte as primeiras "reivindicações católicas". Estas fracassam, porém, e principalmente devido à oposição que lhe fez o Presidente da República.

Alguns anos mais tarde, foi Artur Bernardes procurar D. Sebastião Leme e pedir-lhe desculpas de sua atitude em 1925. "Eu não era então católico praticante, explicou, mas hoje sou e procedería de modo diferente".<sup>28</sup>

No volume publicado pelo Jornal do Comércio, como edição comemorativa do Ano Santo de 1925, sob o título "A Igreja e o Governo Artur Bernardes", Sebastião Sampaio escrevia:

"O Governo Artur Bernardes, em dois anos de administração, já se distinguiu mais que qualquer outro neste assunto. Pudesse este estudo adquirir maior largueza, e eu provaria o que afirmo com uma resenha completa da identificação das relações entre o Governo e o Catolicismo em nosso país, que nunca havia chegado à situação atual. Nunca os problemas nacionais da instrução e de catequese dos índios tiveram tanto apoio das obras católicas como neste momento. E o governo tem sempre contado, absolutamente, com a colaboração patriótica do Episcopado e do clero em geral".<sup>29</sup>

Irmã Regina do SS. Rosário assim caracteriza o governo de Artur Bernardes com relação à colaboração com a Igreja:

"Até o fim do seu mandato procurou ele prestigiar a Igreja; nem sempre, é verdade, distinguindo bem a esfera respectiva dos dois poderes e chegando a pensar em atrair o arcebispo para o terreno das atividades temporais. Foi assim que, desejoso de opor à candidatura senatorial de Raul Fernandes, pelo Estado do Rio, um candidato governamental de grande envergadura, teve a in-

---

27. SANTO ROSARIO, Irmã Maria Regina, o. c., 171.

28. SANTO ROSARIO, Irmã Maria Regina, o. c., 172.

29. SAMPAIO, Sebastião, *O cardinalato no Brasil*, in *O Jornal do Comércio*, Edição Comemorativa do Ano Santo, 1925, 200.

genuidade de pensar em D. Leme. Enviou então a Petrópolis, onde D. Sebastião se achava por alguns dias hospedado na Casa dos Lazaristas, o Vice-Presidente do Senado, Antônio Azevedo, com a incumbência de indagar-lhe se aceitaria a senatoria federal. Escusado dizer que D. Leme recusou.”<sup>30</sup>

### 2.3. *No Governo do Presidente Washington Luís* (1927-1930)

Pouco sabemos sobre o andamento das relações entre Igreja e Estado no governo de Washington Luís.

O único acontecimento marcante que é registrado nesse período é a intervenção do Cardeal Leme por ocasião da deposição do Presidente a 24 de outubro de 1930.

D. Leme acabara de chegar da Europa onde fora receber o chapéu cardinalício, em princípios de outubro.

E foi convidado a participar dos eventos que levaram à deposição do presidente.

Hélio Silva assim descreve os acontecimentos de 24 de outubro, no palácio da Guanabara.

“O ministro Otávio Mangabeira era dos que consideravam a situação perdida, procurando um desfecho para ela. Recebeu um chamado do palácio São Joaquim. Ali chegando, o cardeal Leme lhe participou que havia recebido, momentos antes, a intimação dos generais ao sr. Washington Luís para desistir de qualquer resistência e renunciar. Voltou ao Guanabara para dar conta da sua missão. Não era possível sequer falar em renúncia ao presidente. Avisado de que o céu se avolumava, as fortalezas atiravam e a aviação sobrevoava o palácio, o presidente declarou: — Que bombardeie, mas não saio! Ainda há de haver soldados para defender o governo”.<sup>31</sup>

Também D. Leme, em data de 10 de novembro de 1930, fez um relatório detalhado dos acontecimentos.

Ao receber o convite para ir ao palácio, o cardeal afirma que só irá quando certificado de que o chefe do governo aceitará sua hospitalidade, “mesmo porque de modo algum poderá contribuir para que o presidente renuncie por imposição das armas”.

---

30. SANTO ROSARIO, Irmã Maria Regina, o. c., 172.

31. SILVA Hélio, 1930: *A Revolução Traída*, Rio de Janeiro, 1966, 364.

Não obstante, ao chegar ao palácio percebeu que a situação era de extrema gravidade. E assim falou aos militares:

“Eu vim aqui, torno a repeti-lo, certo de que era para levar o presidente para minha casa. Convenço-me agora de que só me incumbe salvar-lhe a vida. Os senhores devem comprometer-se perante mim a respeitá-la. Todas as nossas transformações históricas foram feitas sem derramamento de sangue. Esta própria revolução, os senhores disseram que era pacificadora. Assumam pois o compromisso de respeitar a vida do presidente, e permitir-lhe quanto antes, o embarque para a Europa”.<sup>32</sup>

E, na realidade, assim sucedeu.

Também o general Tasso Fragoso descreveu detalhadamente os passos para a retirada do presidente do palácio da Guanabara.

“Ora, — escreve ele — a conservação da vida do presidente, a sua saída do palácio com todas as garantias constituíam para nós questão capital... Haviam-me dito que o cardeal Dom Leme estava pronto a intervir em prol da pacificação, dando asilo em seu palácio ao Dr. Washington e permitindo que o dito palácio fosse vigiado exteriormente pelo exército.

A solução tinha grandes inconvenientes, mas também apresentava reais vantagens naquela emergência. Permitia retirar o Dr. Washington da sede do governo e dissolver aquela multidão. Dava-nos tempo para outras providências urgentes no centro da cidade, que convinha policiar.

Encarregamos o nosso camarada, marechal reformado Erasmo de Lima de vir, em companhia do major Valentim Benício, ao palácio do cardeal, e de pedir-lhe nos fizesse a fineza de vir ao Guanabara auxiliar-nos a vencer o embaraço que se nos deparava.

Sua Eminência veio prestamente em companhia do marechal Erasmo e de monsenhor Costa Rego. Mas como trocar idéias no meio daquela assembléa popular?... Entrementes eu havia refletido e chegado à conclusão de que a solução melhor e mais garantidora da pessoa do Dr. Washington era guardá-lo numa fortaleza, se conseguíssemos levá-lo para lá sem violência. O coronel José Pessoa propugnou pública e ardentemente esta solução... Não fora para isso que o Cardeal Dom Leme acudira ao nosso chamado; esperava levá-lo para o seu palácio. Porém, em vista do espetáculo que contemplava, humana e generosamente se declarou pronto a ir conversar com o Dr. Washington, e tentar con-

---

32. SANTO ROSARIO, Irmã Maria Regina, o. c., 224.

vencê-lo de que devia submeter-se à nossa decisão. Subiu e pouco depois avisou-nos de estar ele decidido a recolher-se ao Forte de Copacabana.

Subimos a escada principal e recebemos o ex-presidente quando ele saía para a área em que essa escada termina. Vizo-lo despedir-se de alguns companheiros. Descemos todos juntos, procurando dar ao ato toda a calma e dignidade. Em baixo, S. Excia. entrou no automóvel, tendo à sua esquerda o Cardeal Dom Leme; eu sentei-me na frente. Alguns oficiais subiram para os estribos.

Transpusemos o portão do gradil e seguimos pela rua Farani. Quando chegamos ao forte de Copacabana e ali deixamos o presidente, já terminava o crepúsculo".<sup>33</sup>

Ao comentar esses acontecimentos afirma Thomás Bruneau:

"A instabilidade política cresceu, e a Primeira República eventualmente caiu em 1930 ante o movimento revolucionário de Getúlio Vargas. Não estou afirmando que a República caiu por falta de apoio da Igreja: seria simplista demais e incorreto. Entretanto afirmaria que a legitimidade da Igreja é uma vantagem preciosa para o governo. Vargas compreendeu isso, e fez tudo para ganhar a aprovação da Igreja. A compreensão que resultou da cooperação Vargas-Leme pode muito bem ter facilitado o governo de Vargas, e certamente ajudou a Igreja a reformular a sua abordagem de influência".<sup>34</sup>

### III.. COLABORAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO: PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A partir das comemorações do Centenário da Independência do Brasil em 1922, começaram a surgir declarações, artigos e estudos que apregoavam a necessidade de se reatar os vínculos de colaboração entre a Igreja e o Estado.

Por ocasião do Congresso Eucarístico celebrado no Rio de Janeiro em 1922, essas idéias foram enfatizadas nos discursos de Jackson de Figueiredo, Plácido de Melo e Carlos de Laet.

Também Manuel Tavares Cavalcanti, em estudo apresentado no Congresso Internacional de História da América, nesse mesmo ano, destaca elementos favoráveis para essa colaboração.

---

33. FRAGOSO, Tasso, *Um pouco da história do nosso exército*, Rio de Janeiro, 1959, 569-570.

34. BRUNEAU, Thomás, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, São Paulo, 1974, 78.

A contribuição mais expressiva, porém, seja por seu conteúdo, seja por seu caráter oficial, foi dada por Felix Pacheco em discurso pronunciado em 1924.

Merecem ainda consideração dois estudos publicados nessa década: o artigo de Vilhena de Moraes, intitulado *Religião e Patriotismo*, de 1925, e o livro de Batista Pereira, *A formação espiritual do Brasil*, publicado em 1930.

### 3.1. *Os discursos no Congresso Eucarístico do Rio*

Durante o Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, celebrado em setembro de 1922, três líderes católicos pronunciaram-se a favor da reaproximação entre Igreja e Estado.

O primeiro foi Jackson de Figueiredo, recém-convertido ao catolicismo.

“Exímio publicista, digno discípulo de Farias Brito, autor de vários livros, escritor dos mais conceituados no país, presidente do Centro D. Vital, diretor da revista *A Ordem*, professor de pedagogia, o dr. Jackson de Figueiredo é positivamente o mais ardoroso dos católicos que militam no campo intelectual brasileiro”.<sup>35</sup>

Em seu discurso, Jackson afirmava:

“É o Brasil-Estado e não o Brasil-Nação o que é indiferente ou mesmo infenso à Religião. Mas, senhores, se coube à audácia de meia dúzia esse domínio — propriamente político — que jamais lhe devíamos ter abandonado — muito há ainda de que alimentar o nosso otimismo, e este Congresso mesmo... é a prova, a prova que esmaga os nossos inimigos, de que o Brasil-Nação, o povo brasileiro guarda sempre o melhor, o mais puro, o mais ardente de seu entusiasmo para esta Igreja de Deus, Mãe da Civilização e Redentora do Mundo”.

E referindo-se à imprensa, acrescenta:

“E a imprensa propriamente católica, se bem que amesquinhada na sua forma, subdividida no seu esforço por centenas de pequenas publicações de irradiação restrita — não representa, entretanto, papel pouco importante na repressão das modas imorais, no protesto cristão contra os desmandos de toda a espécie, na manutenção do culto tradicional”.<sup>36</sup>

---

35. *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1922, 101-102.

36. o. c., 101-102.

Para Jackson, portanto, a separação entre Igreja e Estado não representava o pensamento do povo brasileiro, mas o de uns poucos liberais. Já era tempo de reconhecer o direito do povo de ter um governo declaradamente católico, defensor dos valores morais e religiosos.

Também Plácido Modesto Martins de Melo era um dos nomes importantes do catolicismo brasileiro naquela época: “um dos mais acatados chefes da ação social cristã no Brasil, presidente do Banco do Distrito Federal, propugnador do crédito rural, jornalista e orador”.<sup>37</sup>

Na sessão inaugural do Congresso Eucarístico, a 26 de setembro de 1922, na igreja de São Francisco de Paula, fez a saudação ao episcopado nacional em nome do povo católico. Nesse discurso, Plácido afirmava:

“Para uma evolução social pacífica, que arranque o Estado do Brasil do abismo a que se abeira e o reconcilie com a Igreja, dispomos de dois fatores decisivos: a instabilidade dos poderosos que nos oprimem e a continuidade de uma instituição que, mesmo do ponto de vista humano não muda, permanece, é sempre igual.

A nossa esperança na ação vitoriosa do episcopado para a cristianização da república é verde como a primavera que nos volta sorridente e triunfal, verde como o pano da bandeira! Só o ideal católico nos dará uma pátria rica como o ouro que ali fulgura!”.

E conclui sua saudação com estas palavras:

“Sabemos que o Brasil como nação católica apostatou da Cruz. A pátria não comunga! Somos um povo de crentes cuja expressão política é a incredulidade. Sem fé, de nada valem aos estados civilização nem riqueza. Se o Brasil não se prostrar aos pés da Cruz, morrerá!

Não, o Brasil não morrerá. Os nossos chefes espirituais são a nossa maior força. Eles exercem, nas suas dioceses “a mais absoluta das autoridades, a autoridade da fé; a mais violenta das tiranias, a tirania do amor”.

Creemos na restauração da pátria pela ação do episcopado nacional! Vivam os bispos do Brasil!”<sup>38</sup>

---

37. o. c., 75.

38. o. c., 75-78.

Plácido de Melo, portanto, coloca em relevo dois aspectos: por um lado, o enfraquecimento progressivo do poder político, e por outro, inversamente, o fortalecimento do poder religioso. Em vista disso, afirma ele, chegou a hora da reconciliação entre Igreja e Estado para a salvação da ordem no Brasil.

O terceiro pronunciamento importante no Congresso Eucarístico do Rio é o do jornalista Carlos de Laet.

Dele, escreve João Camilo de Oliveira Torres:

"A sua figura marcaria a *belle époque* no Brasil, como o escritor brilhante e inconformado, que não aceita a República, como reino da mediocridade, como a fuga à tradição e ao bom gosto, em literatura, em política, em moral".<sup>39</sup>

Não obstante ser monarquista, também ele faz eco em seu discurso aos apelos em favor da colaboração entre Igreja e Estado.

"Recorda a monarquia, em que havia serviço religioso nos quartéis.

Disse que a criminalidade entre as forças armadas era muito menor no tempo em que entre elas havia mais espírito de fé. O sr. Carlos de Laet alude às prisões militares que já houve desde a implantação da República, referindo-se aliás, discretamente, à revolta dos primeiros dias de julho deste ano.

Apela para os presentes e pede que todos, prelados e fiéis, solicitem do governo constituído não a derrogação da Constituição, mas para que cessem as agitações militares, se estabeleça o serviço religioso no Exército e na Armada".<sup>40</sup>

A religião continua a ser apresentada como o grande sustentáculo da ordem constituída.

### 3.2. *O estudo de Manuel Tavares Cavalcanti*

Manuel Tavares Cavalcanti escreveu um artigo intitulado *Relações entre o Estado e a Igreja: a fórmula adotada na República*, apresentado no Congresso Internacional de História da América, celebrado no Rio de Janeiro de 8 a 14 de setembro de 1822.

---

39. TORRES, João Camilo de Oliveira, *História das Idéias Religiosas no Brasil*, São Paulo, 1968, 174.

40. *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1922, 114-115.

Nesse estudo, o autor termina com a seguinte conclusão:

“Os governos têm mantido uma atitude sábia de respeito e acatamento à religião que, se não é oficial, é entretanto a crença confessada da quase unanimidade. Assim mantém, sem infração do texto constitucional, relações diplomáticas com a Santa Sé.

De fato separação não quer dizer desconhecimento, e o fato de receber ou enviar ministros ou agentes diplomáticos não significa subvencionar ou manter relações de dependência, ou aliança, únicas que a Constituição preserva, mas o cultivo de relações amistosas, em que as altas partes conservam inteira liberdade de ação e plena integridade das suas prerrogativas.

Outras concessões à satisfação das necessidades espirituais dos brasileiros ainda comportaria a prática da Constituição, como mais de uma vez o tem demonstrado o grande mestre de nosso direito constitucional, Rui Barbosa, que tem, ademais, a autoridade de ter sido o instituidor da liberdade religiosa em nossa pátria. Assim não violaria a Constituição a admissão de capelães ou ministros religiosos no Exército ou na Armada se estes fossem reclamados pelos soldados fiéis. O que não seria possível era impô-los ou admitir somente os de uma crença com exclusão dos outros.

Também não contrariaria ao dispositivo constitucional do ensino leigo permitir que os ministros da religião comparecessem nas escolas públicas, fora das horas de aula, para ensinar a sua doutrina aos alunos que livremente e com autorização de seus pais a quisessem ouvir. Não é pois admissível que o Estado pague professores para que eles ensinem qualquer religião nem que com este ensino se ocupe o horário escolar.

O grande princípio que a Constituição sufragou, e em todas as dúvidas é em favor desta que se deve decidir o pleito.

O essencial é que todos os brasileiros possam pensar e crer livremente, e tenham plena liberdade para os atos externos que traduzem a satisfação das suas necessidades de ordem espiritual ou religiosa”.<sup>41</sup>

Também aqui afirma-se a necessidade de cordiais relações entre Igreja e Estado.

---

41. CAVALCANTI, Manoel Tavares, *Relações entre o Estado e a Igreja, Primeiro Congresso de História da América*, in R.I.H.G.B. 1922, tomo especial, 317-318.

### 3.3. *O discurso de Felix Pacheco*

O pronunciamento oficial sobre as relações entre Igreja e Estado foi feito a 5 de maio de 1924, no palácio Itamarati, pelo ministro das Relações exteriores, Felix Pacheco, no banquete oferecido em homenagem ao cardeal Arcoverde.

Nesse discurso, o ministro afirma:

“O Brasil não seria digno de si mesmo, se não reconhecesse que a maravilha de sua coesão política, perdurando através de todos os embates, é devida em grande parte à prodigiosa força moral do catolicismo e ao alto papel de disciplina e de educação que a religião tem sempre desempenho entre nós, nestes quatrocentos e tantos anos já decorridos de vida de nossa terra”.

E acrescenta em seguida:

“De um modo geral pode-se afoutamente dizer que tudo em nossa terra é um pouco fruto da Igreja, obra da Igreja, conquista, esforço e trabalho dela.

A memorável jornada da independência entre nós proveio, a bem dizer, da serenidade estudiosa nos claustros, e no Primeiro e Segundo Império, não sei quem olhou mais para as conveniências superiores do Brasil eterno, se a Igreja ou se o Trono. Sei apenas que este não duraria 67 anos, num país ainda em formação e sacudido por todas as ânsias da mocidade, se o freio salutar da Religião não andasse ao seu lado e do mesmo passo, coibindo, e com muito mais eficácia do que a própria majestade do poder imperial, a dissociação da Pátria Nova, com o encarrear os seus progressos no terreno salutar da ordem e alimentá-la de contínuo com os subsídios da fé, sem a qual não há nação nenhuma que logre crescer dentro da disciplina, nem povo algum que proficuamente se desenvolva e enriqueça”.<sup>42</sup>

Como se pode observar, o conceito da Igreja como defensora da ordem é generalizado nessa época.

Continua o ministro Felix Pacheco:

“O governo de 15 de novembro resolveu, é verdade, a separação, por transigência da primeira hora com o exclusivismo apaixonado dos fundadores do sistema. Mas logo espontaneamente a democracia republicana assim inaugurada se corrigiu a si mesma, esmerando-se em formar, para a própria Santa Madre Igreja, dentro da nova

---

42. *Jornal do Comércio*. Jubileu de 1925, 213.

ordem de coisas estabelecidas no país, um ambiente de fato melhor do que a atmosfera regalista estreita, que não permitia até então no Brasil o livre surto da utilíssima autoridade espiritual do clero.

As vantagens dessa situação de mútua independência aumentam todos os dias na ampliação ininterrupta de uma boa inteligência recíproca, cada vez mais cordial entre os dois poderes.

Não que a República deixe de considerar a Igreja um organismo político vivo, com a sua personalidade internacional bem marcada, mas para que o ramo brasileiro desse organismo possa, na sua esfera própria, expandir-se com maior eficiência, em benefício geral do país, ajudando a pesada tarefa da autoridade pública e preparando, no pastoreio das almas, um futuro condigno do nosso povo”.

Em seguida, acenando aos acontecimentos da época, acrescenta:

“Nunca a Igreja subiu tanto como nestas horas trágicas a que a solicitude paternal de Bento XV trouxe tamanhos alívios e a sabedoria imensa de Pio XI da mesma forma vai admiravelmente remediando...

Feliz o Brasil de possuir um grande colaborador da obra magna da restauração do império moral do mundo inteiro, e de contar igualmente outros numerosos e ilustres prelados, entre os quais brilha como estrela de primeira grandeza e inteligência privilegiada o coração boníssimo de D. Sebastião Leme, e todos invariavelmente dos mesmos sentimentos e propósitos.

O governo nacional espera sempre muito da coadjuvação de tão preciosos elementos no sentido da implantação definitiva dos bons princípios de ética no seio do povo, e sente sincero prazer em traduzir ainda uma vez de público os seus desejos de manter e conservar na maior cordialidade os laços que sempre o ligaram à Santa Sé”.

E conclui o discurso, com a seguinte afirmação:

“O Brasil precisa do concurso de todas as forças vivas da nacionalidade para se refazer na disciplina, no respeito da autoridade, na prática das virtudes, na obediência à lei, na lealdade aos deveres políticos, no trabalho útil e na independência responsável e sem ódios.

Entre essas forças vivas a que aludo e indispensáveis ao trabalho urgente de reconstrução geral do país, nenhuma maior do que a Igreja”.<sup>43</sup>

---

43. o. c., 214.

Por sua vez o cardeal Arcoverde, em sua resposta, afirmava:

“A comunhão de vistas entre os chefes temporais e os chefes espirituais, a nossa colaboração sempre bem aceita, tantas vezes reclamada, para o engrandecimento da pátria comum; a união de sentimentos, passando da superfície de cortêsias para uma camada mais íntima e mais profunda, são indícios alviçareiros do dia de amanhã”.<sup>44</sup>

Deste modo, a 5 de maio de 1924 praticamente selava-se o pacto de mútua colaboração oficial entre Igreja e Estado do Brasil, através dos pronunciamentos de seus representantes categorizados.

### 3.4. *O artigo de Vilhena de Moraes*

E. Vilhena de Moraes, conceituado escritor católico, publicou também em 1925 um artigo intitulado *O Patriotismo e o Clero do Brasil*.

Ao tratar do tema “Religião e patriotismo”, o autor faz as seguintes considerações:

“Para o cristão representa, pois, o patriotismo, além da expansão de um sentimento natural, o cumprimento de um dever e a prática de uma virtude, tanto mais recomendável quanto mais extrema de ódios e mais fundamentado na noção de solidariedade e amor que deve unir a todos os homens. Patriotas porém, não são exclusivamente aqueles que, de armas na mão, combatem em defesa do seu país, nos campos de batalha, ou os que, no cenário aparatoso da administração e da política editam leis e governam povos. No organismo social é preciso atender antes de tudo à equivalência das funções que reserva lugar distinto aos grandes vultos das ciências, das letras, das artes, do poderio e da riqueza, como ainda aos mais humildes que, nos postos de sacrifício, sabem cumprir fielmente o seu dever, amando a terra em que nasceram”.<sup>45</sup>

Segundo o autor portanto, a pátria não se defende apenas com as armas ou com as leis, mas com a religião e a moral cumprida pela população cristã, sob a liderança do clero e do episcopado.

---

44. o. c., 215.

45. MORAIS, Eugénio Vilhena, *O patriotismo e o clero do Brasil*, in R.I.H.G.B., tomo 99, vol. 153, 113-168. O estudo foi publicado também em *Jornal do Comércio*. Jubileu de 1925, 181-197.

Este artigo, como se pode observar, coloca-se na apologia do clero, acusado na primeira república de se haver refugiado no recinto dos claustros e dos templos, descuidando os deveres cívicos.

### 3.5. *O livro de Batista Pereira*

Em 1930 Batista Pereira publicava o livro *A formação espiritual do Brasil*. Nessa obra, o autor coloca em relevo o papel da religião como força de resistência contra a subversão que tenta infiltrar-se na nação.

“Defendendo a grande força disciplinadora dos atos psíquicos que é a Religião — escreve ele — o Estado, cuja mais alta função é a coordenação dos atos psíquicos sociais, defende-se a si mesmo. Todas as doutrinas subversivas reconhecem-no. Todas, por isso, antes de destruir o Estado procuram destruir a Religião.

Até pouco tempo atrás podia-se dizer que o bolchevismo no Brasil era “uma questão de policia”. Hoje não. Uma propaganda tenaz, inteligente, contínua, alicia-lhe prosélitos por todos os cantos. As reivindicações da doutrina apóiam-se num quadro tal de iniquidades, são um apelo tão veemente à justiça que o número de prosélitos dia a dia cresce. Poucos lhe conhecem o ponto fraco, a falência da parte construtora. Mais poucos ainda o meio de frustrá-lo, antecipando-se-lhe no que tem de aproveitável. Mas a luta aí está, ardente, feroz, sem tréguas.

Nesse período climatérico o maior baluarte do Estado é a religião. A volta às nossas tradições mais profundas do catolicismo constitui pois no Brasil uma urgente necessidade, que deve ser a preocupação dos nossos estadistas”.<sup>46</sup>

Assim, ainda no fim da década, a Igreja era considerada como uma das forças básicas para a conservação e manutenção da ordem constituída.

## CONCLUSÃO

Eis alguns aspectos que merecem consideração especial na conclusão deste estudo:

1. A partir da década de 20 formou-se uma corrente de pensamento favorável à reaproximação entre a Igreja e Estado. Essa orientação correspondia tanto a interesses da Igreja como

---

46. PEREIRA BATISTA, *A formação espiritual do Brasil*, 1930, 27-29.

do Estado. O poder político via na Igreja um valioso apoio para a manutenção da ordem pública, conturbada pelos movimentos revolucionários que caracterizam esse período. A Igreja, por sua vez, se considerava como elemento importante no país para a manutenção da ordem constituída através da pregação de valores morais e religiosos.

2. A República, sob a inspiração positivista, criou o lema "Ordem e Progresso". Na década de 20 as autoridades civis e religiosas se uniam ao redor da palavra Ordem, que significava manutenção da estrutura política e social tradicional, contra os movimentos emergentes no país; estes apregoavam a necessidade de criar um novo tipo de ordem política e social. Segundo a visão das autoridades políticas e religiosas, essas forças novas constituíam movimentos que se destinavam a desagregar a unidade política e religiosa da nação.

3. Da parte do governo, a maior sensibilidade para com o poder da Igreja manifesta-se nos presidentes mineiros. É com Artur Bernardes no governo federal e com Antônio Carlos no governo de Minas que efetivamente a colaboração da Igreja é abertamente proclamada e solicitada pelo poder político.

Com toda a probabilidade, o fato se pode atribuir à força que o catolicismo assumiu em Minas mediante a ação da Reforma Católica. Além do mais, numerosos homens que assumiram a liderança política do Estado e da Nação, foram educados no colégio mineiro do Caraça, dirigido pelos Padres da Missão.

4. Da parte da hierarquia católica, o maior propugnador dessa atitude de solidariedade da Igreja com o poder político foi o cardeal Leme. Graças a seu prestígio e influência, o poder da Igreja passou a ser respeitado e valorizado nessa época.

Merece também referência especial D. Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, que atua na linha do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.

5. Em sua obra *O Catolicismo Brasileiro em época de transição*, Thomás Bruneau apresenta a figura do cardeal Leme como um hábil político eclesiástico. Indiscutivelmente o foi. Não se deve porém reduzir a figura do arcebispo do Rio de Janeiro a essa única dimensão. Através da aliança com o poder civil, esperava D. Leme poder impregnar a sociedade de valores morais e religiosos cristãos.

6. Não se deve olvidar que a Igreja hostilizara fortemente os princípios liberais e laicistas da República desde o seu início,

e que por sua vez os líderes do movimento republicano consideravam em geral a Igreja apenas como uma estrutura conservadora, aliada e dependente da monarquia, cuja força e prestígio era necessário suprimir.

A finalidade específica do movimento de restauração católica era que, através do apoio e prestígio político, a Igreja pudesse atuar mais amplamente na sociedade, fazendo com que o catolicismo, que fora durante quatro séculos a religião oficial do Brasil, continuasse a ditar as normas morais e religiosas do país.

7. Não resta dúvida de que a concepção cristã da década 1920-1930 se encarna em quadros políticos e sociais tradicionais, onde se consideram como valores supremos a ordem e a autoridade constituídas. Em termos políticos, a Igreja se declarava praticamente de direita ou a favor dos conservadores. Surgia nessa época a mentalidade de pavor com relação a uma possível subversão socialista ou comunista, e surgia na apologética católica o ataque frontal a essas ideologias consideradas ateístas.

8. Existe uma analogia entre a posição da Igreja na última fase da monarquia e na última década da República Velha. Em ambas, houve uma reaproximação entre Igreja e Estado.

No Império, essa reaproximação se fazia necessária pelas divergências ocorridas na questão religiosa na década de 70. Na República, ela era necessária pela suspeita recíproca existente entre Igreja e Estado desde 15 de novembro de 1889.

O grande fator da reaproximação entre Igreja e Estado no Império foi D. Macedo Costa. Segundo ele, esse diálogo devia ser mantido mesmo depois da queda da monarquia, com a república nascente. Não obstante, D. Macedo Costa faleceu em 1891 e o movimento não foi adiante.

Na década de 20, o grande líder do diálogo entre os dois poderes foi D. Leme. E mesmo depois da queda da República Velha em 1930, ele continuou a apregoar a colaboração da Igreja com o novo regime. Como D. Leme se conservou na liderança do episcopado por mais uma década, o diálogo continuou a ser mantido e consolidado ao longo da República Nova, somente chegando a ser parcialmente questionado após o movimento militar de 1964.